

Capítulo 2: Campanha Civilista: república, nação e opinião pública

Apesar de serem adversários políticos na campanha presidencial de 1909-1910, Hermes da Fonseca e Rui Barbosa fizeram menção, por diversas vezes, às mesmas ideias e princípios políticos, entendendo-os também de maneira bastante semelhante. Ambos pertenciam a uma mesma comunidade política republicana, fortalecida no Brasil a partir da segunda metade do século XIX e partilhavam uma linguagem política, própria de tal contexto. Neste idioma, os candidatos e seus aliados comunicavam e discutiam suas ideias, elaboravam propostas de nação e emitiam *atos de fala*¹.

Os conceitos e elementos retóricos por eles utilizados podiam ser reconhecidos e compreendidos por todos aqueles que compartilhavam tal contexto linguístico. Contudo, o fato de serem produzidos a partir da mesma linguagem não impedia que seus textos possuíssem diferenças. Algumas delas sutis, tais como as geradas pelos estilos individuais, outras que sugeriam transformações radicais – como as geradas pela introdução de novos conceitos ou pela incorporação de significados distintos para termos já há muito utilizados. Esta introdução de novos conceitos e significados realizada através do discurso político é chamada por Pocock de *lance*².

Para tratar dessa comunidade linguística bastante ampla e complexa, faremos uso de uma análise do discurso político, tomando como referência os moldes propostos pela História desse mesmo discurso, desenvolvida desde meados do século XX, entre os historiadores de língua inglesa, e alguns de seus questionamentos em relação à História do Pensamento Político. Seu foco principal, fortemente inspirado pela obra de Collingwood, dizia respeito à incorporação do contexto como um elemento constitutivo do pensamento político, o qual deveria ser pensado para além de obras pontuais. Dessa forma seria possível estabelecer análises melhor embasadas, as quais procurariam entender a

1 Entendemos como ‘ato de fala’ a partir das discussões apresentadas por Pocock em seu livro *Linguagens do ideário político*, onde ele caracterizou o mesmo como sendo um discurso político proferido, o qual deixa de ser apenas pensamento e, ao ser também interpretado e apropriado pelos interlocutores, se torna ação.

2 J. G. A. Pocock, *Linguagens do ideário político*, p. 39.

obra sempre dentro das condições de sua produção e recepção, e não como produção isolada, estanque e atemporal.

Os dois principais expoentes desse processo de revisão do enfoque do pensamento político na história foram John G. A. Pocock e Quentin Skinner. O primeiro propunha um deslocamento do objeto de análise, do pensamento para os discursos, entendidos estes como efetivação daquele, bem como a incorporação do contexto e da recepção desses discursos como elementos a serem considerados na construção da análise historiográfica. Com essas medidas, Pocock buscava ampliar a análise, de forma a escapar do perigo de considerar as ideias fora do contexto em que foram elaboradas.

Skinner acreditava ser fundamental, para a análise dos discursos políticos, recuperar também as intenções que o autor tinha ao produzir o texto em questão. Somente assim seria possível perceber se as mudanças introduzidas na linguagem eram intencionais, ou se elas ocorriam a partir da interpretação *a posteriori* que os interlocutores fizeram da mesma. Ele utilizou também uma ideia bastante semelhante ao que Pocock chamou de ‘linguagem de segunda ordem’, a qual se refere aos idiomas que são criados pelas comunidades linguísticas quando estas precisam discutir sobre um idioma pré-existente³.

Partindo dos princípios metodológicos estabelecidos por ambos esses autores, no presente trabalho analisaremos discursos políticos produzidos no calor da Campanha Presidencial de 1909-1910, bem como artigos jornalísticos publicados ao longo da mesma. É nosso objetivo recuperarmos não só as propostas de cada um dos candidatos e os conceitos sobre os quais estas se apoiavam, mas também algo da sua recepção junto aos correligionários. A ampliação dessa massa documental nos possibilitará conhecer a fundo o idioma partilhado e, assim, melhor identificar os *lances* efetuados nos discursos de cada candidato.

Uma das razões pelas quais a sucessão presidencial de 1909-1910 tornou-se um acontecimento tão singular dentro da Primeira República foi o fato do presidente em exercício não ter conseguido impor à nação o seu sucessor, conforme vinha ocorrendo anteriormente. Isso porque a política mineira não apoiava unanimemente Afonso Pena e, conseqüentemente, o candidato por ele

3 J. G. A. Pocock, op. cit., p. 39.

indicado, David Campista ⁴. Tal enfraquecimento da base presidencial tornou possível o surgimento de outra candidatura, a de Hermes da Fonseca, que em pouco tempo deixaria de ser de oposição para se tornar a preferida pelo Catete.

Como dito anteriormente, somava-se a isso o fato da Campanha Civilista ter ocorrido em um momento bastante delicado para a economia brasileira, e especialmente para a paulista. Os enormes prejuízos gerados pela queda nos preços do café levaram à reunião dos estados produtores em Taubaté, para discutir as medidas necessárias para se evitar o agravamento da crise. A aplicação de somas vultuosas pelo governo federal na compra do produto, com o objetivo de dirimir os prejuízos e regular os preços no mercado internacional, era o caminho acordado e a oligarquia paulista buscava um candidato que permitisse a ampliação da participação do seu estado nessa esfera de poder. Tal figura ousada seria buscada em Rui Barbosa.

A Campanha Civilista se mostrava, portanto, um acontecimento único na política brasileira, num momento de crise da política das oligarquias em meio a um mercado internacional hostil aos seus negócios. Sua grande contribuição esteve ligada ao aumento da força da imprensa e à transformação desta em um espaço de expressão da opinião pública, especialmente nas áreas urbanas. A Campanha era mais que uma resposta à crise, ela se caracterizou como uma disputa política ampliada – acompanhando as mudanças nos meios de comunicação da época – que permitiu a ambos os candidatos utilizarem métodos diversos para alcançar seus eleitores. Os banquetes e os *meetings* foram os espaços privilegiados de divulgação de ideais e plataformas de governo, mas foi, sobretudo, a imprensa que teve um papel de difusão mais fundamental. Paralelamente à ampliação da comunidade letrada à época, esta tecnologia renovada⁵ encarregou-se de dar mais publicidade aos discursos dos candidatos, fazendo com que eles fossem capazes de ser ouvidos nos mais distantes rincões do país, e servindo-lhes de arena privilegiada para as disputas partidárias em torno das duas propostas, a civilista e a hermista.

4 Ver C. M. R. Viscardi, op. cit.

5 No início do século XX, a imprensa brasileira passou por um processo de modernização. Os jornais deixaram de ser apenas panfletos políticos destinados aos próprios correligionários e transformaram-se em veículos de notícias diversas, sustentados pela propaganda e pelas assinaturas. Sendo assim, os periódicos se tornaram mais longevos e completos, trazendo informações de diferentes partes do país e do mundo. Ver N. W. Sodré, *História da imprensa no Brasil*.

A imprensa alardeava a necessidade de introduzir mudanças no processo político e eleitoral brasileiro, as quais fossem capazes de dar voz aos interesses desse novo ator coletivo que se apresentava, a opinião pública, e colocava-se em uma posição de destaque dentro desta transformação.

“Não é de mister lembrar que nossa função, na imprensa política, não traduzia uma orientação autônoma, filha de nossas opiniões individuais, desprendida de nossos impulsos privativos: ela refletia a vontade comum, definia o mal estar de todos, assinalava a resistência coletiva a uma imposição intolerável, e que, durante longo tempo, foi uma imposição intolerável. Não a tem, nem pode alardeá-la. Sua força é uma resultante, apenas: as componentes são representadas pelo direito, pela justiça, pela santidade dos princípios, pelos movimentos próprios da opinião pública, vigilante e esclarecida.”⁶

Dotada das mais nobres motivações, representadas pela defesa do direito, da justiça e dos princípios democráticos e republicanos, a população se colocava, pois, contra o sistema que a excluía do processo eleitoral, e buscavam tomar para si a soberania que lhe era devida.

Mesmo antes do lançamento da candidatura de Rui Barbosa, os comentaristas já reconheciam que o pleito de 1910 seria distinto dos anteriores, na medida em que, devido a não adesão de São Paulo e parte da Bahia à candidatura militar, haveria ali uma disputa “de fato”.

“Ontem reuniram-se, no Senado, políticos influentes, representando a maioria dos Estados, para decidir, definitivamente, quais os nomes que devem ser recomendados aos sufrágio de 1º de março próximo. Já os conhece o público, e certamente os aplaude. Merecem a máxima estima da Nação e são dignos, como os mais dignos, de exercer as altas funções para que foram convidados pela confiança popular. Não foi unanimemente o assentimento. S. Paulo e o partido situacionista da Bahia – abstiveram-se de colaborar na escolha. Se algum motivo de ordem política presentemente nos autoriza a patentear o nosso sentir, não ocultaremos o jubilo que experimentamos, ao prever que, *de fato*, haverá pleito, haverá luta, haverá manifestação vibrante da autoridade eleitoral...”⁷

Mas não era somente a imprensa que valorizava a Campanha Presidencial de 1909-1910. Os candidatos e seus apoiadores também a compreendiam como um momento único, no qual o povo estava finalmente assumindo o protagonismo

6 “A Assembleia dos Estados”, in Jornal *O Paiz*, Ed. 08997 (23 de maio de 1909), p. 1.

7 Id. *Ibid.*, p. 1.

do processo eleitoral no Brasil. Os partidários de Hermes da Fonseca afirmavam que a candidatura do militar contava com o apoio da “opinião pública, vigilante e esclarecida”, a qual seria a expressão da vontade nacional e da soberania popular. Sendo assim, aquela seria uma disputa eleitoral ‘de fato’, uma vez que a escolha do presidente seria feita através da “manifestação vibrante da autoridade eleitoral”⁸.

Os civilistas concediam à opinião pública um papel semelhante, identificando-a também como parte de sua base aliada, a qual estaria atuando em defesa da nação e em busca de seu direito de exercer a autoridade sobre ela. Os alunos da Faculdade de Direito de São Paulo declararam, em seu manifesto contra a candidatura de Hermes da Fonseca, que a manipulação do processo eleitoral era um ato de

“flagrante desprezo à soberania popular, a única competente, segundo os princípios básicos das instituições, para indicar aquele que futuramente tem de dirigir, através de imensas responsabilidades, os destinos da pátria.”⁹

O respeito aos princípios republicanos era um elemento central para ambas as campanhas, e a preservação do regime configurava-se como um ponto pacífico para os dois grupos, defendido nos discursos e plataformas. Estes princípios eram considerados quesitos imutáveis, e o compromisso com a defesa dos mesmos credenciaria os candidatos para o exercício do mais importante cargo da política nacional.

Quintino Bocaiuva, republicano histórico que se colocou ao lado do candidato militar, afirmava que este trazia em sua proposta os mesmos princípios que haviam sido defendidos no Manifesto de 1870, documento fundador do republicanismo brasileiro, e na Constituição de 1891. Sendo assim, além do próprio regime republicano, elementos como a democracia, o federalismo e o presidencialismo, presentes na carta de 1891, também deveriam ser preservados, uma vez que consistiam nos pilares da nação brasileira.

⁸ Id. *Ibid.*, p. 1.

⁹ “Em S. Paulo”, in *Jornal O Paiz*, Rio de Janeiro, nº 8998 (24 de maio de 1909), p. 2.

“Nas suas linhas gerais e nos princípios nele formulados, esse programa está compreendido no modelo amplo e firmemente delineado do manifesto de 3 de dezembro de 1870.

Esse manifesto é a nossa Magna Carta, é o Tabernáculo das nossas crenças, é o Sacrário que guarda, como relíquias, os princípios básicos da nossa Constituição republicana – forma definitiva adotada pela Nação Brasileira e cuja sólida estrutura há de resistir, eu espero, à ação do tempo e às vicissitudes humanas.”¹⁰

Em seus discursos, Rui Barbosa também se apresentava como o defensor dos princípios republicanos, os quais julgava estarem sendo ameaçados pela corrupção que marcava as eleições no país e pela candidatura de um militar ao mais alto cargo da política nacional.

“[...] este país não há de apodrecer contaminado pelos míseros interesses da especulação (palmas delirantes, muito bem), em meio desses interesses malvados, em meio desses interesses perversos (aplausos prolongados) que se aninham nos recantes escuros onde não penetra a luz dos grandes sentimentos, a contribuição, senhores, do município baiano para a nossa vitória, que há de ser fatal, mais cedo ou mais tarde, (palmas entusiásticas) para o bem da nossa Pátria, – essa contribuição, dizia eu senhores, há de ficar registrada na história do nosso país como mais uma glória a juntar-se às tradições da nossa terra! (Bravos, palmas).”¹¹.

A ideia de república aparecia constantemente associada à de pátria e à de nação. Sua origem geralmente era localizada, tanto por civilistas quanto por hermistas, na proclamação¹², através da qual os militares teriam conseguido realizar a “libertação do povo”¹³. Esta associação representava uma mudança em relação ao que costumava ser apresentado pelos republicanos históricos, dos quais Quintino era um importante representante, que consideravam a Conjuração Mineira como o ato fundador da república brasileira.

10 BOCAIUVA, Quintino. Apud., Programa do Marechal Hermes. *Jornal O Paiz*, Rio de Janeiro, nº 9215, p. 1.

11 BARBOSA, Rui. “Discurso no Conselho Municipal em 19 de janeiro de 1910”, in *Obras Completas de Rui Barbosa* – vol. XXXVII, tomo I (pp. 120-121).

12 Apenas Quintino Bocaiuva, republicano histórico, reconhecia a origem da república brasileira antes, na Conjuração Mineira, conforme foi explicitado em seu discurso proferido em homenagem ao senador Francisco Sales, e reproduzido pelo jornal *O Paiz* (n. 9097): “Minas – a terra de Tiradentes – foi o berço da República. Foi ela que ouviu os primeiros vagidos da ideia republicana, corporificada em um grupo de patriotas, e foi ela que ouviu os derradeiros soluços dessa mesma ideia, corporificada nos mártires do despotismo – uns trucidados no cárcere, outros enforcados nos cadafalsos, outros atormentados nos calabouços ou nas inóspitas terras africanas, para onde foram deportados”.

13 “Echos e fatos”, in *Jornal O Paiz*. Rio de Janeiro, n. 8991 (17 de maio de 1909), p. 1.

É interessante perceber que, ainda que reconhecessem os militares como pais fundadores do regime, nenhum dos dois grupos manifestava-se a favor de uma volta dos militares ao poder. Isso porque a presença de militares nos cargos de comando era apontada como uma ameaça principalmente aos direitos e às liberdades característicos dos regimes republicanos. Mesmo Hermes da Fonseca, que fazia parte das Forças Armadas, buscava a todo tempo ressaltar o caráter civil de sua candidatura, a qual era constantemente reconhecida como uma realização dos desejos do povo.

No entanto, há que se pensar também acerca do que cada grupo político entendia por povo neste momento. Para os partidários do hermismo, este possuía uma conotação mais popular, expressa, por exemplo, na proposta de expansão da educação, que dava ênfase para as modalidades voltadas para a qualificação de trabalhadores.

A afirmativa de Quintino Bocaiuva em um de seus discursos em apoio a Hermes também foi bastante significativa. Para ele, o fato do militar, assim como seu tio, não ser um homem de “letras”, o que no início do século XX no Brasil era sinônimo de ser das classes mais abastadas, era uma vantagem. Era preferível um presidente que não conhecesse técnicas de retórica do que um que ignorasse os sentimentos patrióticos.¹⁴

Tal opção condiz com a origem e a base política do candidato. Marechal, Hermes da Fonseca contava principalmente com o apoio dos militares do exército, que caracterizava-se como uma instituição composta majoritariamente por indivíduos de classes médias, os quais viam na farda uma possibilidade de ascensão social.

Rui Barbosa, por sua vez, representava a classe letrada, a qual tradicionalmente ocupava os mais altos cargos da política nacional. Sua proposta de ampliação da educação era ampla e buscava a formação de cidadãos preparados para exercerem os seus direitos políticos. Tal postura era fruto da filiação do político baiano ao pensamento liberal, ao qual se mantivera fiel ao longo de sua vida pública.

Ambos os candidatos apresentavam-se como defensores dos princípios republicanos os quais eram, em linhas gerais, os mesmos – defesa do regime

14 Ver “O discurso de Quintino Bocaiuva”, in *Jornal O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 9097 (31 d agosto de 1909), p. 5.

republicano, das liberdades e dos direitos, respeito à constituição, respeito à vontade nacional. O senador Quintino Bocaiuva, republicano histórico e aliado de Hermes da Fonseca, reconhecia que não existiam diferenças efetivas entre as propostas dos dois candidatos, que defendiam a nação, e que a crítica ao seu aliado era motivada pelo fato de ser este um militar.

“Quais são as ideias em antagonismo? Ainda não as vi formuladas. Todos queremos a República, todos queremos a manutenção do estatuto fundamental de 24 de fevereiro de 1891. Todos queremos o desenvolvimento normal das instituições que livre e soberanamente adaptamos e proclamamos com a saudação da vontade nacional. Não há, por ora, senão uma só bandeira, e nessa bandeira podemos todos inscrever o mesmo [ilegível] que um grande orador nos Estados Unidos figurou nestas três frases: Uma só Pátria – Um só povo – Uma só Constituição!”¹⁵

Era justamente em nome da nação que Hermes da Fonseca e Rui Barbosa lançavam-se à disputa, a qual encontrava-se ameaçada pela corrupção e pelos interesses. Em ambos os casos, o conceito aparecia associado a ideias como a própria república, a valorização do elemento civil e o povo, o qual era apresentado sempre em oposição aos políticos, que governavam para si e não para a coletividade.

Essa separação entre o povo e a política era de natureza retórica, na medida em que ambos os candidatos faziam parte daquele grupo a que classificavam como a negação do povo, ao mesmo tempo em que buscavam separar-se dele, salientando o apoio que haviam recebido da população e o compromisso com os seus interesses.

Em sua plataforma de governo, Hermes da Fonseca destacou conforme citado anteriormente, a necessidade de expandir a educação técnica, com o objetivo de desenvolver a economia e o país. Como o direito de voto, durante a Primeira República, estava vinculado à educação, tal opção, que afetaria especialmente a vida das classes menos abastadas, denota uma tendência deste candidato a incluir novos atores na cena política, ampliando assim a ideia de povo. O candidato identificou a instrução à preservação dos direitos fundamentais do indivíduo. Por este motivo, colocou a difusão da mesma como um elemento fundamental para o progresso nacional.

15 “O discurso de Quintino Bocaiuva”, op. cit., p. 5.

“Se o adiantamento de um povo afere-se em parte pela real e efetiva segurança de seus direitos à sombra da lei e da justiça, a perfeita intuição deles depende do grau de instrução que ele revela. Eis porque deve ser essa o mais prodigamente disseminada, a começar pelo profuso ensino primário e desenvolvida pelo profissional, artístico, industrial, e agrícola, prático quanto possível, imprescindível em um país novo, cujas fontes de riquezas, por inexploradas, não lhe facilitam o encaminhamento rápido para a independência econômica.”¹⁶

O Brasil foi descrito por Hermes da Fonseca como uma nação de vocação agrícola e extrativista, a qual não deveria continuar como estava, “escravizada até hoje à monocultura”¹⁷. Possuindo incontáveis riquezas minerais e uma ampla variedade de climas e tipos de solo, o país tinha a possibilidade de ampliar a quantidade de produtos cultivados e explorados em seu território, aumentando assim os seus ganhos. Para isso, cabia ao governo criar condições para que a iniciativa privada pudesse gerar riquezas e progresso. O candidato também apresentou o comércio como uma atividade importante para o progresso nacional, e propôs que a infraestrutura de transportes fosse melhorada, de forma a facilitar a integração das áreas produtoras com os mercados consumidores.

É importante ressaltar que a candidatura de Hermes da Fonseca contava com o apoio de estados como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, os quais não dependiam diretamente da produção e exportação de café como São Paulo e, portanto, não estavam dispostos a permitir o comprometimento da economia nacional para dirimir as perdas geradas pela crise de superprodução.

O conceito de nação elaborado pelos civilistas partia de uma visão bastante específica do mundo que o cercava. Tomando como base os mais importantes regimes liberais do mundo, como o norte-americano, o político baiano apresentava o Brasil como “uma das maiores nações civilizadas”, a qual se beneficiaria da observação e reprodução das boas práticas encontradas nestes redutos do progresso e da liberdade.

Contudo, esta condição era ameaçada pela candidatura militar, a qual seria capaz de “suscitar mais uma vez a perigosa intervenção dessa classe no governo de um povo de tradições eminentemente civis”¹⁸. Este grupo costumava

16 Programa do Marechal Hermes. *Jornal O Paiz*, Rio de Janeiro, nº 9215 (27 de dezembro de 1909), p. 1.

17 Id. *Ibid.*, p. 1.

18 “Manifesto acadêmico”, in *Jornal O Paiz*, Rio de Janeiro, nº 8998 (24 de maio de 1909), p. 2.

identificar os governos militares ao caudilhismo e à suspensão das liberdades republicanas. Uma exceção, no entanto, era feita para o marechal Deodoro da Fonseca, a quem cabia o lugar de fundador da república.

A preocupação com a imagem externa do país era partilhada com os civilistas. Mais do que simplesmente atender aos anseios nacionais, a candidatura de Hermes da Fonseca, lançada graças à deliberação dos representantes políticos dos estados e configurando-se como expressão do interesse da “coletividade”, estaria prestando um grande serviço ao Brasil, inserindo-o no “concerto das nações americanas”¹⁹. No entanto, a escolha de um governo militar colocaria tal representação em xeque, igualando-o às “anárquicas republiquetas americanas”²⁰.

O programa civilista tinha na reforma constitucional um dos seus elementos centrais. Segundo ele, o pacto constitucional brasileiro já não atendia às necessidades da nação em vários aspectos como, por exemplo, a prevalência dos interesses nacionais sobre os de classes ou individuais, e precisava ser modificado para que o país pudesse progredir. Tal processo, de adequação das leis à realidade nacional nos diferentes momentos do seu desenvolvimento, fora identificado por Rui Barbosa em outros países, como os Estados Unidos, e para ele, ao contrário do que pensavam seus adversários, não representaria perigo para a república, na medida em que a reforma não incidiria sobre os seus princípios fundamentais, como o próprio regime republicano e o federalismo.

“Nenhuma das grandes instituições, daquelas em que palpita a vida, a essência do regime, se consideram expostas aos azares de uma tentativa de reforma, mantidas as bases constitucionais; entretanto, se busca atender aos reclamos da opinião, sem o que os futuros governos não se sentiriam animados do conceito anti-revisionista. Por que então acabaria essa plataforma irritando todo o mundo? Será porque nos atrevemos a divergir das oligarquias, em cujo domínio se esteriliza tamanha parte do território nacional? Será por havermos proclamado que o Governo Federal não pode ser o guarda submisso de interesses inconfessáveis?”²¹.

Rui Barbosa defendia também a realização de uma reforma eleitoral, a qual buscava afastar da democracia brasileira as fraudes e coerções tão arraigadas

19 “Telegramas”, in *Jornal O Paiz*, Rio de Janeiro, nº 8998 (24 de maio de 1909), p. 2.

20 “Manifesto acadêmico”, op. cit., p. 2.

21 R. Barbosa, “Discurso no jantar oferecido aos presidentes das comissões, deputados e representantes dos municípios em 20 de janeiro de 1910”, op. cit., p. 134.

no processo de escolha dos governantes. Esta era composta, basicamente, por três propostas:

“A primeira está em assegurar a inviolabilidade ao direito do eleitor. Mas inviolabilidade, aqui, na acepção cabal do vocábulo, quer dizer eliminação total do arbítrio na verificação do direito, e perpetuidade real deste, uma vez reconhecido e declarado.”²²

Para resolver esta questão, o candidato sugeriu que fosse realizado um registro de eleitores, nos moldes dos registros de nascimento e casamento, submetido à jurisdição dos juízes de paz, e não de funcionários municipais. Desta forma, haveria um controle externo sobre o alistamento eleitoral, impedindo a ocorrência de fraudes relacionadas à concessão de direito de voto a indivíduos que não o possuíam, do ponto de vista legal.

“A segunda exigência da nossa moralização eleitoral consiste em extinguir radicalmente a publicidade no voto. No dia em que houvermos estabelecido o recato impenetrável da cédula eleitoral, teremos escoimado a eleição das suas duas grandes chagas: a intimidação e o suborno. A publicidade é a servidão do votante. O segredo, a sua independência.”²³

Com o fim do voto aberto, a pressão sobre os eleitores também diminuiria, na medida em que não seria mais possível controlar quem ele havia escolhido para ocupar os cargos eletivos. Desta forma, sua escolha estaria preservada das influências nefastas dos interesses particulares.

“A terceira condição de reforma está na abolição do voto cumulativo (...) estabelecendo-se a representação proporcional mediante aquele, dentre os vários sistemas conhecidos, que mais racional e praticamente efetue.”²⁴

Este princípio foi reconhecido pelo candidato como “garantia necessária do direito das minorias”²⁵, mas a forma como este seria implementado não chegou a ser explicitada, sob o argumento de ser esta uma discussão demasiadamente complexa para ser realizada no interior de uma plataforma de governo.

22 BARBOSA, Rui. “Plataforma”, op. cit., p. 56.

23 Id. Ibid., p. 58.

24 Id. Ibid., p. 59.

25 R. Barbosa, “Plataforma”, op. cit., p. 59.

Rui Barbosa reconhecia, contudo, que não cabia ao presidente efetivar a reforma constitucional. Em sua plataforma ele deixou claro que apoiava as mudanças, principalmente em relação ao art. 6º da Constituição, o qual regulamentava a possibilidade de intervenção da União nos estados, mas tinha consciência de que era atribuição do Poder Legislativo torná-las realidade.

A reforma constitucional proposta por Rui Barbosa buscava reestruturar as relações entre os estados e a União, bem como padronizar as interpretações das leis por cada poder judiciário local. No entanto, ele propunha que se preservassem inalterados os princípios constitucionais definidores da república brasileira, tais como

“1º) que declaram a forma republicana; 2º) as que instituem o princípio federativo; 3º) as que mantêm aos Estados o território atual; 4º) as que lhes asseguram a igualdade representativa no Senado; 5º) as que separam a Igreja do Estado, e firmam a liberdade religiosa; 6º) as que atribuem à justiça o conhecer da constitucionalidade dos atos legislativos; 7º) as que vedam os impostos interestaduais; 8º) as que proíbem aos Estados e à União adotarem leis retroativas; 9º) as que declaram inelegíveis os ministros, e estatuem a sua livre nomeação pelo chefe do Poder Executivo; 10º) as que afiançam aos Estados a autonomia de organizarem as suas constituições, respeitada a da União. (Palmas, apoiados gerais). Outrossim, à declaração dos direitos garantidos na Constituição, artigos 72 a 78, aos brasileiros e estrangeiros no Brasil residentes, não se admitiria reforma senão ampliativa.”²⁶.

Ainda que não propusesse uma mudança de tal monta, Hermes da Fonseca também estabelecia esta conexão entre república e democracia, expressa principalmente nos momentos em que ele e seus correligionários discutiam o processo que havia culminado com a sua escolha para concorrer ao cargo de supremo magistrado. Nestes momentos, a participação popular, fosse direta, ou através dos seus representantes na convenção, era reconhecida e exaltada, como uma mostra de que a opinião pública e, conseqüentemente, os interesses nacionais, estavam ao seu lado.

Elaborada sob a influência do liberalismo, a plataforma de Rui Barbosa previa a equivalência entre os três poderes, e deixava inequívoca a proposta de manutenção da independência entre eles quando classificava a reforma constitucional como necessária, porém fora da alçada presidencial.

26 Id. Ibid., p. 31.

A independência entre os poderes também era reconhecida por este grupo como um dos princípios imutáveis do regime republicano brasileiro, ainda que o candidato não tenha abordado o tema da reforma constitucional em sua plataforma de governo. Após discorrer sobre a importância que o presidente tinha para o progresso do país, Quintino Bocaiuva reconheceu que este não exercia o poder sozinho. A ele, como representante do Poder Executivo, cabia a administração e o governo, enquanto que era responsabilidade do Legislativo elaborar e reformar as leis.

“No regime republicano, vos o sabeis, o Congresso legisla e o Presidente da República governa e administra.
Porém, é principalmente ao Congresso que incumbe a função de promover por leis adequadas e bem ponderadas a prosperidade geral da Nação.
Como executor dessas leis, o que incumbe ao presidente da República é dar o exemplo da sua dedicação à fiel observância dos parceiros legais e concorrer pela sua colaboração assídua e patriótica para assegurar o êxito das medidas destinadas a promover o bem estar do povo e o desenvolvimento da riqueza nacional.”²⁷

Tal excerto manifestou a concepção hermista acerca da divisão dos poderes. Mais do que simplesmente o executor das leis propostas pelos parlamentares, o presidente da república seria aquele que ‘governa e administra’ o país. Ele teria, portanto, um poder superior ao dos demais membros do governo, assim como fora proposto pelo pensamento positivista, bastante difundido entre os militares brasileiros.

Outra ideia recorrente na linguagem republicana brasileira de início do século XX era a relação entre os desejos individuais e os interesses da Nação. A ideia era de que ela deveria ser sempre colocada em primeiro plano, e de que o seu governante deveria ser capaz de abrir mão dos seus interesses pessoais, ou mesmo de classe, em favor daquilo que fosse melhor para o país. Neste ponto ambos os candidatos concordavam, e eram descritos por seus correligionários sempre como indivíduos abnegados e, portanto, capazes de fazê-lo.

No discurso no qual apresentou aos eleitores as suas propostas, Hermes da Fonseca destacou que, o fato de ser militar, não tornava a sua uma candidatura

27 Q. Bocaiuva, op. cit., p. 1.

militarista, na medida em que o seu compromisso era com os interesses da nação como um todo, e não apenas com uma parcela dela.

“Não foi, pois, a minha posição profissional que influiu no vosso espírito para que em meu nome obscuro recaísse a honra da seleção, senão a certeza de que, afeito à obediência e à severidade no cumprimento do dever, ver-me-íeis sempre adstrito à Constituição e às leis, na defesa de todos os direitos e de todas as liberdades por elas assegurados. [...] Seria crime de leso-patriotismo o desvirtuamento de vossas inspirações e intuítos; seria a negação de toda uma vida de amor às instituições que nos regem, e da mais absoluta lealdade posta a seu serviço, o imprimir eu o espírito de classe como cunho característico de um programa administrativo ou de uma orientação política.”²⁸

Ainda que identificasse a sua como uma candidatura civil, fruto da opinião pública, cujas propostas seriam partilhadas por todos os cidadãos que tivessem o bem da pátria como objetivo, é inegável que os princípios e valores difundidos no interior do exército brasileiro tiveram grande influência sobre as propostas de Hermes da Fonseca. Elementos como a ordem e a hierarquia apareceram com frequência nos discursos do marechal e de seus correligionários, denotando uma inegável influência positivista sobre eles.

O fato de pertencer ao Exército não foi exaltado por Hermes da Fonseca, uma vez que ele buscava deixar claro que sua candidatura não havia sido lançada pelas Forças Armadas, mas sim pela opinião pública. Seu esforço e de seus aliados foi sempre no sentido de exaltar o fato de que o marechal possuía as qualidades desejadas nos líderes políticos republicanos brasileiros, como a abnegação, o patriotismo e a independência política, para as quais a sua experiência na caserna havia contribuído.

O respeito aos interesses da pátria e a capacidade de colocá-los acima dos próprios foi um valor mobilizado também por Rui Barbosa. Este, aliás, afirmava que o seu adversário não seria capaz de fazê-lo, o que colocaria a república em risco.

“Nós não obedecemos ao caminho encetado pelos nossos adversários, senão à ideia superior de firmarmos a vitória do nosso país contra esse assalto imprevisto, formidável, servido pelas paixões e cobiças de

28 Programa do Marechal Hermes, op. cit., p. 1.

parcialidades retrógradas, de parcialidades sem ideias, sem os sentimentos de verdadeiro patriotismo.”²⁹

Uma das maiores críticas feitas pelo candidato baiano ao marechal Hermes da Fonseca recaía justamente sobre a sua filiação ao Exército e à consequente impossibilidade de romper com os interesses da corporação. Mas o compromisso do militar não seria apenas com os interesses de classe; em um discurso proferido em Ouro Preto no dia 19 de fevereiro de 1910, Rui Barbosa chegou a afirmar que a aprovação do aumento do soldo dos oficiais durante a passagem de Hermes pelo Ministério da Guerra teria sido motivada pelo fato de que um de seus filhos seria beneficiado por tal determinação legal.

“Na sessão passada a minoria da Câmara, por iniciativa do Sr. Barbosa Lima, alterava um projeto de aumento do soldo aos aspirantes-oficiais, mandando melhorar também o dos inferiores do exército e da armada. A nossa emenda prevaleceu na Câmara, onde tínhamos elementos para a impor. No Senado, porém, quase unanimemente hermista, vingou o projeto nos seus termos primitivos, ampliando as vantagens pecuniárias aos aspirantes-oficiais, entre os quais tem filho o marechal candidato; mas a emenda que beneficiava os inferiores, do exército e da marinha, não prevaleceu.”³⁰

É importante perceber que Rui Barbosa apresentou uma postura mais combativa em relação ao seu adversário do que Hermes da Fonseca. Tal singularidade reflete o caráter de oposição que marcou a candidatura do político baiano. Apesar de ter sido lançado como o candidato de oposição, Hermes da Fonseca conseguiu, após a morte do presidente Afonso Pena e a subida de Nilo Peçanha ao poder, tornar-se o candidato da situação. Com menos tempo de campanha e a necessidade de angariar apoio para enfrentar o pleito, o político baiano acabou optando por denegrir seu antagonista e suas propostas em diversos de seus discursos.

No entanto, não foi sempre assim. Na carta escrita em 19 de maio de 1909 e publicada em diversos jornais, Rui Barbosa identificava em seu adversário as características que se esperava em um presidente da república; o que o tornava inadequado para o cargo era o fato de ele não possuir, em sua base, um partido do

29 R. Barbosa, “Discurso no jantar oferecido aos presidentes das comissões, deputados e representantes dos municípios em 20 de janeiro de 1910”, op. cit., p. 133.

30 R. Barbosa, “Conferência de Ouro Preto em 19 de fevereiro de 1910”, p. 221.

qual fizesse parte. Cabe ressaltar que neste momento o político baiano ainda não era candidato à presidência, tendo apenas manifestado-se contra a candidatura do marechal.

No entanto, a partir do momento em que foi oficializada sua candidatura, Rui passou a adotar uma postura bastante agressiva com relação do seu adversário. Agora Hermes da Fonseca era identificado como um ilustre desconhecido, cujas crenças políticas seriam ainda uma incógnita.

“Homem, até agora, exclusivamente da sua classe, militar dado, só e só, aos misteres da sua profissão... (Apoiados repetidos)... ninguém sabia que tivesse ideias políticas o meu competidor, ou, pelo menos, não as tendo revelado nunca, ninguém podia saber quais fossem.”³¹

Podemos perceber, portanto, que a visão que ele tinha de Hermes da Fonseca e de uma candidatura militar variou de acordo com o papel representado por Rui Barbosa dentro do processo eleitoral. A partir do momento em que se tornou candidato ele passou a criticar duramente aquele que havia se convertido em seu adversário. Esta agressividade era fruto, em nossa interpretação, da estratégia política adotada por ele, a qual era condizente com a sua posição de candidato de oposição.

Sendo assim, é possível considerar que não havia, conforme afirmara Quintino Bocaiuva, divergências ideológicas severas entre os dois grupos político, ou mesmo entre os seus líderes, na medida em que as críticas só se tornaram efetivas a partir do momento em que se configuraram como estratégias eleitorais.

A agressividade configurava-se, portanto, como um elemento retórico, pois, na medida em que se apresentava como um ferrenho defensor dos interesses nacionais e republicanos, os quais estariam, segundo a sua opinião, ameaçados pela candidatura do marechal Hermes, e que se colocava duramente contra seu adversário, Rui reforçava ainda mais sua identidade patriótica e republicana.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, da prevalência dos interesses nacionais sobre os demais, as divisões partidárias também deveriam ser restringidas em favor de um bem maior, qual seja, a grandeza da pátria. A candidatura de Hermes da Fonseca se utilizou bastante dessa linha argumentativa

31 R. Barbosa, “Plataforma”, p. 13.

desde os seus primeiros momentos, apresentando-se não como sendo apoiada pelo Catete ou pelo Exército, mas como sendo o resultado da vontade nacional.

Contudo, não havia, na Primeira República, apenas uma concepção de partido. Além desta, que reconhecia nos partidos o *locus* de interesses particulares, contrários aos nacionais, havia outra, utilizada tanto por civilistas quanto por hermetistas, a qual reconhecia neles instituições fundamentais da república, defensoras de seus princípios e redutos de indivíduos dotados de sinceros sentimentos patrióticos.

Em discurso proferido por Quintino Bocaiuva em uma homenagem ao político mineiro Francisco Sales, ele afirmou que um dos defeitos que os adversários identificavam em Hermes da Fonseca era o fato de este ainda não ter tornado público o seu programa de governo. Esta acusação, no entanto não teria propósito, na medida em que “o futuro presidente da República, só pode ter um programa, que é o meu, o nosso [do partido republicano], o programa de todos nós”³². Dentre os princípios contemplados por tal programa, Quintino destacava a “moralidade administrativa”, o “cuidado com os interesses reais da Nação”, o “zelo pelo bem público”, a “fraternidade entre as nações” e a “garantia para todas as liberdades”³³.

O anúncio da candidatura de Hermes da Fonseca se utilizou dessa visão positiva da política e dos partidos para auxiliar na construção da sua legitimidade. O militar, ao contrário de David Campista, contava com o apoio do povo, e não apenas do presidente em exercício, o que a tornava mais forte mais sólida e verdadeira.

“A questão da ‘candidatura do Catete’ ficou perfeitamente esclarecida. Se o nome do Sr. David Campista houvesse sido proposto pelos elementos políticos de Minas e de outros Estados, e o trabalho do Sr. Presidente da República visasse, apenas, amparar a vontade deles, não se julgaria S. Ex. com qualidade e poderes para arredá-lo do debate, nem poderia oferecê-lo em sacrifício a ninguém. A prontidão, porém, com que S. Ex. capitulou, demonstra que de seu exclusivo engenho partira a indicação referida, e o apoio que se alardeava ter ela conquistado por toda a parte, não passava de flatus vocis, da espécie dos que os cabalistas usam para seduzir adesões ariscas.”³⁴

32 “O discurso de Quintino Bocaiuva”, op. cit., p. 5.

33 Id. Ibid., p. 5.

34 “A queda do fruto”, in *O Paiz*, n. 08991 (17 de maio de 1909), p. 1.

Por ter se constituído desta forma, a candidatura do marechal foi apresentada pelo jornal *O Paiz*, principal veículo do pensamento hermista, como um ato de defesa da democracia, na medida em que estaria trazendo a opinião pública para o centro da arena política.

“Ontem reuniram-se, no Senado, políticos influentes, representando a maioria dos Estados, para decidir, definitivamente, quais os nomes que devem ser recomendados aos sufrágio de 1º de março próximo. Já os conhece o público, e certamente os aplaude. Merecem a máxima estima da Nação e são dignos, como os mais dignos, de exercer as altas funções para que foram convidados pela confiança popular.”³⁵

Apesar de não concordar com a permissão legal de que os militares se candidatassem a cargos eletivos, alegando que estes poderiam abusar de seu poder, na medida em que tinham também a força em suas mãos, Rui Barbosa reconhecia a importância do exército, a quem classificava como servidor da pátria. Este deveria manter-se em uma posição subalterna, defendendo os interesses nacionais. Buscar o poder seria, portanto, uma atitude antipatriótica, inadmissível para aquele cuja função era a defesa da nação, porque que colocaria em risco os princípios republicanos, conforme fica claro na associação direta feita pelo candidato entre militares e caudilhos.

“As nações não armam os seus exércitos para serem escravizados por eles; (bravos e palmas) as nações não dão galões aos seus generais para que eles levistem contra elas a sua espada; (muito bem, aplausos ruidosos) as nações, senhores, não fazem os seus marechais para que eles venham a ser, na paz, os caudilhos de facções ambiciosas! (Palmas estridentes, bravos, muito bem).”³⁶

Outro valor mobilizado por Rui Barbosa em sua campanha foi a trajetória pública. Convenientemente ignorando o fato de que seu adversário ocupara importantes cargos na política brasileira desde 15 de novembro de 1889, chegando até mesmo a ser ministro da guerra durante o governo de Afonso Pena – posição que havia deixado para concorrer à presidência – o jurista baiano apresentava-se, por vezes, como o único que possuía uma longa tradição de serviços prestados à república, o que o capacitaria para o exercício do mais alto cargo da nação. Isso

35 “A assembleia dos estados”, in *O Paiz*, Domingo, 23 de maio de 1909, n. 08997, p. 1.

36 R. Barbosa, “Discurso no Conselho Municipal em 19 de janeiro de 1910”, op. cit. p. 123.

porque seus longos anos de vida pública teriam tornado as suas ideias bastante conhecidas e, portanto, mais confiáveis do que as de seu adversário.

Além disso, ele apresentava-se também como um histórico defensor da república, não apenas através de suas ideias, mas também de forma prática, participando ativamente da política nacional desde a fundação do novo regime, como ministro da Fazenda do governo provisório, ou como parlamentar.

“ ... estabelecida a nova forma de governo, nenhum se devotou como eu a lhe pugnar pela sinceridade, insultando-me dos partidos, abstando-me dos contatos oficiais, divorciando-me das alianças transitórias, e rompendo com as situações poderosas, no intuito constante de pôr a lei acima do arbítrio, a justiça acima das paixões, o direito acima dos interesses, a clemência acima da força, o dever cívico acima das conveniências e do medo, a liberdade acima das ditaduras e das mazorcas. (Palmas prolongadas).”³⁷

Cabe ressaltar que, ao contrário da imagem de si mesmo construída pelo político baiano, a de histórico defensor da república, este se manifestou em favor da monarquia até poucos meses antes da proclamação. Em verdade, só se associou aos republicanos quando seu partido, o Liberal, mostrou-se impermeável aos princípios federalistas por ele defendidos.

Presente no vocabulário político brasileiro desde o século XIX, o liberalismo permeou os discursos de ambos os candidatos à presidência. Na plataforma hermista ele apareceu, sobretudo, através das propostas econômicas, as quais exaltavam a participação da iniciativa privada no progresso da nação e limitavam as possibilidades de intervenção do Estado na economia. Cabe ressaltar, no entanto, que o liberalismo econômico dos hermistas era limitado, na medida em que o candidato havia afirmado, em sua plataforma, que o Brasil não poderia adotar uma postura completamente liberal, semelhante à existente nas nações desenvolvidas, uma vez que ainda estava em construção.

Rui Barbosa apresentava a sua filiação ao pensamento liberal como uma herança paterna, da qual nunca havia se afastado ao longo de sua vida. Ao trazer para a esfera familiar, o político baiano buscava demonstrar a solidez de seu comprometimento com os ideais liberais; tratava-se de algo que possuía uma história, uma trajetória em sua família, cabendo a ele apenas dar continuidade.

37 R. Barbosa, “Plataforma”, op. cit., p. 17.

“Coube-me a fortuna apenas de beber no espírito de um pai cuja alma encerrava em si o ideal dos princípios liberais, de beber ideias que deviam dominar-me por toda minha vida. O mérito disto consiste em ter seguido sempre a minha linha traçada desde os meus primeiros anos, que não variou e que eu hoje considero já chegada ao seu último termo.”³⁸.

A defesa da monarquia e do parlamentarismo, apresentado por Rui Barbosa como o regime de governo mais adequado ao país inclusive em sua plataforma de governo, não eram, portanto, contraditórias em relação à sua participação na república, na medida em que os princípios liberais poderiam se manifestar em regimes diversos.

É interessante ressaltar que outro recurso bastante utilizado pela linguagem republicana, e especialmente pela retórica ruiana, foram as referências de caráter religioso. No trecho acima, por exemplo, Rui uniu a democracia à providência divina, ao afirmar que o governo deveria ser exercido pelo povo, o qual havia sido dotado, pela providência, dos recursos necessários para tal.

“Continuem embora as aves agoureiras a voejar nas sombras onde se alimentam as baixezas de sentimento, onde se exploram as regiões rasteiras da miséria humana, tudo quanto há de menos alto na sociedade, para enxovalhar o nosso patriotismo; continuem embora a arrastar-se pelo caminho das maldições – e isto é um ponto que bate em cheio no coração desta terra sempre gloriosa, – não a hão de contaminar, não a hão de corromper, não a hão de reduzir ao instrumento dos seus interesses inconfessáveis! (Palmas calorosas; vivas estridentes; aplausos prolongados).

Reine embora sobre essas regiões e sobre essas almas sua majestade a mentira, reine embora um ceptro todo de vilezas e desgraças, reine embora um trono de paixões indignas, – mas, senhores, o que há de governar o país é a soberania da nação (bravo e palmas), cujo futuro está assegurado pelos imensos recursos com que a providência a dotou. (Palmas).”³⁹.

Orientado por Deus, o povo brasileiro ao apoiar a causa civilista estaria tomando nas mãos o governo e tornando-o, de fato, um regime democrático.

“Temos certeza de que encetamos uma campanha abençoada por Deus. Nunca se levantou em nosso país uma causa mais nobre; ela é mais que a própria emancipação dos escravos: porque ela é a libertação de um povo

38 R. Barbosa, “Discurso em resposta à manifestação do Conselho Municipal em 19 de janeiro de 1910”, op. cit., p. 128.

39 R. Barbosa, “Discurso no Conselho Municipal em 19 de janeiro de 1910”, op. cit., p. 121.

até hoje habituado a deixar-se governar pelos outros, mas que agora está resolvido a fazer-se governar por si mesmo! (Aclamações sem par, frenéticas, delirantes).”⁴⁰.

Em sua biografia de Rui Barbosa, Luis Viana destacou a educação católica recebida por ele, e a permanência destes princípios ao longo de toda a sua vida, ainda que em alguns momentos o político baiano tenha tornado públicas algumas ideias contrárias às práticas da Igreja Católica ao longo do século XIX. Rui defendera, por exemplo, a separação entre o Estado e a Igreja, em consonância com os princípios liberais, os quais se mantivera fiel desde a juventude.⁴¹

Ainda que os hermistas utilizassem elementos semelhantes em seus discursos, estes não eram tão comuns quanto no civilismo, manifestando um apego maior à ideia de separação entre religião e política, partilhada pelo pensamento liberal e pelo positivismo.

Surgida no final do século XIX, ainda sob o governo monárquico, esta linguagem republicana difundiu-se especialmente após a proclamação, e manteve-se ativa até o fim do regime. Partilhada por diversos grupos da elite política brasileira, esta foi marcada pela valorização do exercício desinteressado do poder, que deveria ter como guia para a realização do bem comum os princípios republicanos e liberais.

Estes princípios foram longamente debatidos e recuperados ao longo da campanha presidencial de 1909-1910, e, conforme os discursos nos permitiram perceber, não foram sempre entendidos da mesma forma. Resta saber, no entanto, qual era a profundidade destas diferenças, e se estas estabeleciam ou não ideais distintos de nação e de república entre civilistas e hermistas.

40 Id. *Ibid.*, pp. 121-122.

41 Ver L. Viana Filho, *A vida de Rui Barbosa*.